

Divida Externa - Estadual

Estados endividados vão pedir ao governo maior prazo para rolar Cr\$ 2,7 trilhões

Os secretários da Fazenda de cinco Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e o da Capital, decidiram ontem no Rio, pedir ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, um prazo maior para o pagamento do empréstimo em Letras do Banco Central (LBC) concedido pelo governo federal, em abril passado, a título de socorro financeiro. A dívida deles soma Cr\$ 2,7 trilhões. Os secretários alegam que estão sem condições de honrar o prazo oficial, que prevê o pagamento das últimas parcelas do empréstimo no próximo mês. São Paulo, por exemplo, contraiu dívida de Cr\$ 130 bilhões em LBC, mas até agora só conseguiu devolver Cr\$ 20 bilhões.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Frederico Mazzucchelli, declarou que o cumprimento do prazo estabelecido pelo memorando assinado pela então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, os quatro Estados e a Prefeitura de São Paulo, em abril, obrigará os governos estaduais a lançarem os seus títulos no mercado com taxas de remuneração de 6 a 7 pontos percentuais acima da média, favorecendo o setor privado. "Será uma escandalosa transferência de renda dos Estados para o setor privado através da rolagem da dívida", reclama o secretário, advertindo que "o governo federal não é sócio dos bancos".

O secretário de Fazenda do Rio, Cibilis Viana, disse que o objetivo dos secretários é preservar os tesouros estaduais. "Não estamos pedindo ajuda financeira à União", garantiu. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e a Prefeitura de São Paulo, juntos, acumulam hoje Cr\$ 2,7 trilhões em dívida mobi-



Nem de Tal/AE

O secretário Frederico Mazzucchelli: "O governo federal não é sócio dos bancos privados".

liária, incluindo os títulos retidos no Banco Central em decorrência do socorro financeiro concedido em abril. Cibilis disse que os governos estaduais querem continuar operando no mercado com LBCs. "Vamos cobrar o mesmo tratamento que o governo federal tem no mercado", frisou. Ele não quis adiantar o teor da proposta, mas garantiu que os prazos reivindicados são compatíveis com a realidade financeira de cada Estado. Mazzucchelli disse que as letras do tesouro estadual, se lançadas no mercado agora para honrar a dívida em LBCs, "deixarão de ser de financiamento e passarão a ser de desfinanciamento".